

14º SIEPE
SALÃO INTERNACIONAL DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

#EDUCAÇÃO
+ CIÊNCIA
INDEPENDÊNCIA

30 nov. a
02 dez. 2022

REALIZAÇÃO

unipampa

Universidade Federal do Pampa

APÓIO

CNPq

CAPES

FAPERGS

A CRIMINALIZAÇÃO E O ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA SOB O VIÉS DO RACISMO ESTRUTURAL

Isadora Tavares dos Santos, discente de graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Elisângela Maia Pessôa, docente de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

e-mail primeiro autor: isadoratavares.aluno@unipampa.edu.br

O presente estudo, centra-se em discutir o encarceramento em massa e a criminalização da população negra sob o viés do racismo estrutural, problematizando assim, os motivos que levam ao grande contingente de pessoas negras estarem reclusas no sistema carcerário brasileiro. A pesquisa em tela foi realizada a partir da elaboração de projeto de pesquisa executado no componente curricular de Pesquisa Social II do curso de Serviço Social da Unipampa Campus São Borja, no ano de 2022. Pontua-se, ser de extrema relevância social abordar a questão do encarceramento negro ao longo dos tempos, visto que, historicamente essa população vem sofrendo com marcas do escravismo, o que conforme alguns autores/as perdura até os dias atuais. O objetivo geral deste estudo, consistiu em “Analisar por qual motivo a população negra representa o maior contingente de pessoas no sistema carcerário, a fim de dar visibilidade à questão do racismo estrutural como consequência deste cenário”. Dados oficiais de agências de pesquisa, mostram que o percentual de negros/as encarcerados vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. A partir de tal contexto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com recorte em documentos que apresentam índices de encarceramento negro, como o site do Banco de Dados do Relatório Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) e no site do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com enfoque nos percentuais do ano de 2019, tal escolha foi feita por se tratar dos últimos relatórios publicados. O recorte bibliográfico deu-se em produções bibliográficas que discutem os temas: escravidão, racismo estrutural e encarceramento negro. Optou-se também pela técnica de observação indireta, uma vez que Gil (2008) indica que trata-se de técnica utilizada quando os dados são obtidos indiretamente por meio de documentos pessoais ou institucionais, e são analisados a partir de leituras e interpretação de material. Realizou-se a aplicação de roteiro norteador, tendo como foco a análise de conteúdo à luz do método dialético crítico. A pesquisa teve início em abril (2022), sendo os dados analisados e finalizados no mês julho (2022). Diante da informação apresentada no 14º Anuário Brasileiro (2021), quanto ao fato do encarceramento por raça/cor mostrar alta concentração da população negra aprisionada; acrescido do fato de que no ano de 2019, os/as negros/as compunham 66,7% da população carcerária, enquanto os/as não negros/as (identificados como brancos/as, amarelos/as e indígenas, segundo a classificação adotada pelo IBGE) representavam 33,3%, chegou-se a hipótese de que “no Brasil, o racismo estrutural reflete na

sociedade e conseqüentemente no sistema carcerário, criminalizando diretamente a população negra”. Em termos de resultado, fica nítido o fato de que Estado marginalizou os/as negros/as ao não criar os meios para integrá-los à sociedade. Os/as negros/as foram privados de educação e emprego porque, com o fim da escravidão, houve uma intensa preocupação com o branqueamento da população brasileira. Como resultado, o Estado pune os/as negros/as por serem fiéis às suas tradições, como por exemplo a criminalização das práticas de capoeira, religiões afrodescendentes e o fato de que ficar na rua também seja considerado crime, caracterizando a questão da “vadiagem”. Sendo assim, a hipótese de que “no Brasil, o racismo estrutural reflete na sociedade e conseqüentemente no sistema carcerário, criminalizando diretamente a população negra” (SANTOS, 2022, p.2), foi confirmada. Visto que, ao longo das buscas, evidenciou-se em todas as obras a criminalização da pobreza e conseqüentemente da população negra. Mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas, a sociedade permaneceu presa a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos. Conclui-se que a escravidão acabou por naturalizar a desigualdade no Brasil e criar uma forma de subordinação dos/as negros/as aos/as brancos/as, além de criar estereótipos de negros/as, vistos como criminosos/as, vagabundos/as e violentos/as. O estudo mostra também, que os/as mesmos/as enfrentam expressões da questão social como pobreza, racismo, variadas formas de violências, entre outras violações. Por fim, vale ressaltar que o combate ao racismo e a luta contra todas as formas de exploração/opressão é uma implicação essencial para os profissionais do Serviço Social. Visto que, cabe aos profissionais do Serviço Social se engajarem na luta contra todas as formas de exploração/ opressão, sendo essa uma forma indispensável de alcançar à efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética (1993), que dentre seus princípios reconhece a liberdade como valor ético central, recomenda a defesa intransigente dos direitos humanos e se compromete a eliminar todas as formas de preconceito e não discriminação como princípios éticos fundamentais.

Palavras-chave: Escravidão; Encarceramento; Racismo Estrutural.